

**PARECER Nº 1472/2012 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 572/11.**

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Paulo Frange, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação no site oficial da Prefeitura de São Paulo do Relatório de Avaliação das Obras de Arte localizadas no Município.

Em suma, a propositura prevê a divulgação de informações, via Internet, acerca das condições das obras de arte municipais (pontes, viadutos, passarelas e afins), tais como data de construção, histórico de reformas a que foram submetidas e potencial risco de acidentes que apresentam, visando, consoante se depreende da justificativa, a segurança dos munícipes que, com base em tais informações, poderão se prevenir de acidentes.

O projeto pode prosseguir em tramitação, haja vista que elaborado no exercício regular da competência legislativa desta Casa, consoante se depreende dos artigos 30, incisos I e II, e 24, inciso VI, da Constituição Federal; e dos artigos 13, incisos I e II, 37, caput, 146 e 181, todos da Lei Orgânica do Município.

Com efeito, a matéria de fundo versada no projeto é de nítido interesse local, eis que visa à preservação de bens públicos municipais e à segurança dos munícipes, refletindo, ainda na proteção ambiental, uma vez que o conceito de meio ambiente encerra não apenas o ambiente natural, mas, também, o ambiente construído e o do trabalho, na expressa dicção do art. 190 da Lei Orgânica do Município, tema para o qual o Município detém competência legislativa suplementar.

A Constituição Federal determinou ao Poder Público em todas as suas esferas, Federal, Estadual e Municipal (artigos 225 e 23, inciso VI), o poder-dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Atenta a tal panorama, a Lei Orgânica do Município de São Paulo também prevê o poder-dever do Município de zelar pelo meio ambiente, conforme disposto no art. 7º, inciso I e, consoante já assinalado, dispõe no art. 190 que a proteção ambiental estende-se ao meio ambiente construído.

Importante salientar que a Lei Orgânica do Município prevê, ainda, o dever de ser elaborado o Sistema Municipal de Informações, o qual deve contemplar informações de natureza ambiental dentre outras de relevante interesse para o Município e que deve ser objeto de ampla divulgação, garantido o seu acesso aos munícipes:

Art. 146 – Compete ao Município implantar e manter atualizado o sistema municipal de informações sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais e outras de relevante interesse para o Município, assegurada sua ampla e periódica divulgação, e garantindo seu acesso aos munícipes. ... (grifamos)

Na mesma esteira, o Plano Diretor Estratégico – Lei nº 13.430/02, prevê a preservação do meio ambiente construído e a elaboração e manutenção de sistema de informações ambientais integrado:

Art. 10 - A Política Urbana obedecerá às seguintes diretrizes:

I - ...

...

XI - a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e urbanístico;

...

Art. 54 - A Política Ambiental no Município se articula às diversas políticas públicas de gestão e proteção ambiental, de áreas verdes, de recursos hídricos, de saneamento básico, de drenagem urbana e de coleta e destinação de resíduos sólidos.

Art. 55 - São objetivos da Política Ambiental:

...

VIII - garantir a produção e divulgação do conhecimento sobre o meio ambiente por um sistema de informações integrado. (grifamos)

Importante destacar que em atenção ao pedido de informações formulado por esta Comissão, o Poder Executivo exarou manifestação encartada às fls. 87/98, nas quais tece considerações de mérito contrárias à aprovação da propositura – sobre as quais não incumbe a esta Comissão se manifestar – e esclareceu que as medidas propostas não darão ensejo a novas despesas, conforme ressaltado às fls. 89 e 94. Destaque-se, ainda, que as informações a serem divulgadas de acordo com o pretendido pela propositura, já são produzidas pelo Poder Executivo, conforme ressaltado inclusive pelos órgãos técnicos competentes e mencionado às fls. 89, 94 e 96.

Assim, não há que se cogitar da criação de obrigações novas ao Poder Executivo, pretendendo a propositura tão somente concentrar as informações já existentes, de modo a facilitar a consulta e análise por parte da população, medida que proporciona o adequado cumprimento do princípio constitucional da publicidade.

Para ser aprovada a propositura dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros desta Casa, nos termos do art. 40, § 3º, XII da Lei Orgânica do Município.

Destaque-se, ainda, que estando a propositura em análise relacionada com a política municipal de meio ambiente é necessária a realização de duas audiências públicas, nos termos do art. 41, VIII, da Lei Orgânica do Município.

Por fim, registre-se que é necessária a apresentação de Substitutivo a fim de adequar a propositura à técnica de elaboração legislativa prevista na Lei Complementar Federal nº 95/98.

Ante o exposto, na forma do Substitutivo que segue, somos pela LEGALIDADE.

**SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 572/11**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação no site oficial da Prefeitura de São Paulo do Relatório de Avaliação das Obras de Arte localizadas no Município, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Será divulgado no site oficial da Prefeitura o Relatório de Avaliação das Obras de Arte localizadas no Município de São Paulo.

Parágrafo Único. Consideram-se obras de arte estruturas tais como: pontes, viadutos, passarelas, túneis, muros de arrimo, passagens subterrâneas e outros.

Art. 2º O Relatório de Avaliação das Obras de Arte, será feito sob a responsabilidade do órgão municipal competente, a ser definido na regulamentação desta Lei e deverá conter:

I – nome da obra de arte;

II – localização;

III – data de construção;

IV – histórico das reformas ou melhorias executadas;

V – eventual ocupação e seu tipo;

VI – avaliação das condições de segurança, apontando qual é o grau de risco de possíveis acidentes, classificado em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco), onde 1 (um) define-se como “baixo potencial de risco de acidentes” e 5 (cinco) define-se como “grande potencial de risco de acidentes”;

VII – indicação de quais são as reformas e/ou melhoramentos necessários à obra de arte;

VIII – data prevista para reforma ou melhoramento da obra de arte, conforme indicado no inciso VII do art. 2º desta Lei;

IX – data de atualização do Relatório emitido.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 12/09/2012.

Adolfo Quintas - PSDB

Arselino Tatto – PT – Presidente

Celso Jatene - PTB - Relator

Edir Sales - PSD

Quito Formiga - PR

Sandra Tadeu – DEM